



O Território Guarani no Oeste Paulista: uma correlação entre Geografia, Arqueologia e Etno-história

Beatriz Gomes Rodrigues¹;

Neide Barrocá Faccio²

INTRODUÇÃO

Durante a Campanha do Povo Guarani, Grande Povo, em 2007, Anastácio Peralta, liderança Guarani-Kaiová, resume de forma elucidativa o conceito de Território Guarani quando expõe o seguinte pensamento:

Àqueles que não entendem nossa língua, vou traduzir. O povo Guarani era como um rio que corria lentamente em seu curso quando uma pedra gigante foi lançada dentro do córrego. A água espirrou para vários cantos³

Os Guarani constituem um dos povos indígenas com maior presença territorial do continente americano, abrangendo parte dos países Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil, constituído por incontáveis pontos de passagem e paradas e por aldeias que interagem através das dinâmicas sociais e políticas e das redes de parentesco que implicam em uma intensa mobilidade. Atualmente, no território do Estado de São Paulo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

² Professora Livre Docente do Programa de Geografia da Universidade Estadual Paulista ãJúlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente.

³ Fala de Anastácia Peralta durante a Campanha ãPovo Guarani, Grande Povo, realizada no Mato Grosso do Sul em 2007, tendo como intuito promover a união dos Guarani de toda a América Latina.

vivem cerca de 3.600 indígenas Guarani das etnias Nhandeva (ou tupi-guarani) e Mbyá (VERSWIJVE, 2012).

O fenômeno da migração Guarani tem sido a muito, estudado por estudiosos consagrados. As discussões acerca das migrações e espacialidade Guarani pelo território brasileiro são amplas, mas apesar da imensa literatura já produzida, buscamos aqui contribuir para um maior entendimento acerca das concepções de território e organização territorial, relacionando ao modo de vida e cultura Guarani, utilizando como objeto de análise os vestígios materiais bem como documentos e fontes etno-históricas.

ASPECTOS DA ARQUEOLOGIA GUARANI

O conceito de Tradição dentro dos estudos arqueológicos é bastante enraizado, todavia, há alguns questionamentos acerca desta abordagem. Visto isso, utilizaremos uma abordagem de Tradição Arqueológica munida por outros arcabouços teóricos e metodológicos, tais como a análise dos padrões de ocupação territorial e a distribuição espacial destas ocupações.

O conceito de "Tradição" foi desenvolvido pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) entre os anos de 1965 e 1970. O principal objetivo foi o de estabelecer um "esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país, através de trabalhos prospectivos de caráter regional e de "seriação" (DIAS, 2007, p. 60). Sendo assim, "todas as sequências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases, as quais, por sua vez, formariam tradições" (DIAS, 2007, p.60).

A aplicação do conceito de tradição tem sido discutida por pesquisadores da área, para Moraes (1999-2000), a classificação em "fase" e "tradição" apoia-se nos objetos arqueológicos e em suas características físicas:

[...] os objetos são meios e, na minha opinião, geram classificações aplicáveis a eles próprios. Então, fica difícil transpor a idéia de uma "unidade arqueológica artificial", gerada a partir do artifício de uma "seriação", para algo complexo e muito "humano", que é um sistema de povoamento ou de ocupação de um território (MORAIS, 1999-2000, p. 201).

Morais (1999-2000), inclusive, afirma que é válido, em um trabalho adotar como base operacional as tradições arqueológicas; não se deve, entretanto, parar por aí, pois é necessário um envolvimento entre a classificação dos materiais em tradições arqueológicas com os aspectos humanos e de relacionamento entre grupos, trabalhando, assim, com um sistema regional de povoamento.

Na área de estudo é possível identificar a forte presença da Tradição Tupiguarani (PALESTRINI, MORAIS, FACCIO, BACO, PEREIRA). A Tradição Cerâmica Tupiguarani refere-se à família linguística Tupi-Guarani pertencente ao Tronco Tupi. Pereira (2009, p. 31), afirma que o processo da origem e da dispersão dos grupos filiados à tradição Tupiguarani vem sendo estudada a tempos, desde os primeiros pesquisadores do século XIX. Neste período, muitas propostas foram apresentadas, tendo como objeto de análise os pressupostos linguísticos e arqueológicos. Todavia, não se chegou até o momento em um consenso sobre esse histórico de pesquisa, e o que vem sendo trabalhado e analisado é uma correlação entre a cerâmica, pertencente a uma tradição, e a língua, pertencente a uma filiação linguística.

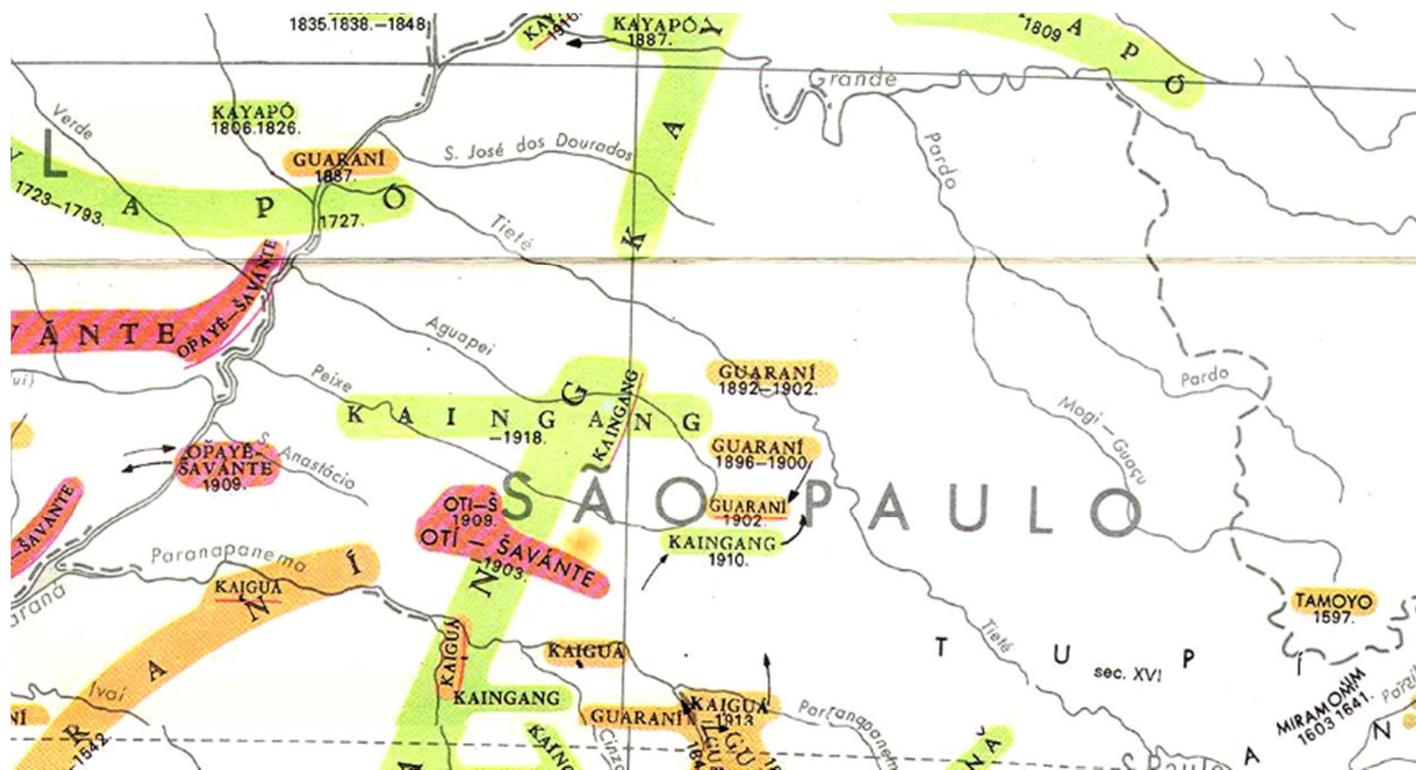
Quanto à cerâmica associada à Tradição Tupiguarani, são encontradas formas de vasilhas variando em tigelas abertas rasas, jarros, vasilhas semiglobulares, globulares esféricas e igaçabas. Algumas peças apresentam ombros, definindo contornos complexos. O antiplástico característico dessa tradição é o caco moído (FACCIO; et al., 2012). Uma das características marcantes da Tradição Tupiguarani são as pinturas, estas poderiam ser de origem vegetal ou mineral. As pinturas de origem vegetal compreendem o negro, o preto, o vermelho e o amarelo, já as de origem minerais seriam o branco, o vermelho e o ocre. (LA SALVIA; BROCHADO, 1989).

São evidenciadas variações quanto à decoração cerâmica, de acordo com o local de ocorrência. Os sítios ao norte de São Paulo e os que vão do litoral até o Maranhão, mostram uma cerâmica com decoração predominantemente pintada, enquanto os sítios ao sul e oeste apresentam uma cerâmica com decoração plástica. No caso da decoração plástica podem ser encontradas vasilhas com distintas texturas em sua superfície, feito com as mãos ou com o auxílio de algum objeto (LA SALVIA; BROCHADO, 1989).

Por meio de correlação entre a Tradição cerâmica e a Família Linguística e embasados por materiais e informações etno-históricas da região de estudo é possível supor a provável relação dessa Tradição cerâmica com os povos indígenas Guarani. O

mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (**Figura 2**) nos mostra esta possível correlação.

Figura 2: Mapa Etno-histórico da região da Bacia Aguapeí e Peixe



Fonte: IBGE (1981), adaptado do Mapa de Curt Nimuendajú (1944).

Os trabalhos que abordam as descrições das aldeias mais antigas do estado de São Paulo foram sobretudo realizados pelos etnólogos Curt Nimuendajú e Egon Schaden. Por meio destes relatos é possível reconstruir o histórico e trajetória da migração empreendida pelos Gurani e sua configuração no atual cenário de ocupação.

O Estudo da mobilidade espacial dos Guarani nos mostra que essa população segue se deslocando de diferentes maneiras, por diferentes territorialidades e com diferentes motivos. O que se demonstra que os Guarani possuem padrões de assentamentos nas aldeias, que podem ser mais permanentes ou mais transitórios, e que as famílias em geral podem se mudar periodicamente de aldeia para outra aldeia,

apoiando-se nas redes sociais estabelecidas através da parentela. (MASSEY; ESPINOSA, 1997; MASSEY et al., 1987; SOARES, 2002).

Outro motivo frequente que provoca mudanças geográficas são os processos de fissões de grupos locais. Esses processos são provocados, muitas vezes, pelo próprio crescimento populacional de um grupo, com o conseqüente deslocamento de uma parte desse grupo para outro local. São frequentes também as visitas de parentes, que podem durar cerca de 2 meses a 2 anos, ou mais, e se inserem numa rede de trocas sociais que vai desde a busca de sementes à procura de cônjuges ou de curas (GARLET; ASSIS, 2009).

O deslocamento dos Guarani de um lugar para outro, pode ser pautado sobretudo na busca de um lugar onde se possa viver segundo a forma própria, o modo próprio de vida (o Teko Guarani), um lugar de paz e harmonia (MELIÀ, 1991; MONTOYA, 1985). Assim, quando dizemos que os Guarani mantem a configuração de um território tradicional, significa que, ao seu ver, o território supera os limites físicos das aldeias e está associado a uma noção de mundo que implica na redefinição constantes das relações multiétnicas, no compartilhar e dividir espaços.

CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO

Sendo o território um dos conceitos mais importantes para a Geografia, ao lado da região, paisagem, lugar e espaço, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Auxilia-nos a compreender as relações de poder existentes na sociedade e que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração e acréscimos ao longo do tempo.

O território não é um mero suporte e substrato em que se assenta uma dada população, mas sim, fruto de sua história que se manifesta no presente, portanto, um espaço dotado de heranças, sobre as formas das estruturas, da cultura e das relações sociais, guarda o passado dos agir hegemônicos e dos conflitos sociais, das lutas de classe e do fazer cotidiano. Território é uma categoria polissêmica, possuindo, portanto, diversos significados (SANTOS, 2008).

Para Raffestin (1993), o território abriga a materialização das ações humanas, onde ãse projetou um trabalhoõ na forma de õenergia e informaçãõ, sempre com a

presença marcante do exercício do poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais.

Uma análise das relações sociais e, sobretudo, as relações de poder, deve se dar tendo em mente alguns elementos básicos, ou seja, os elementos constitutivos daquilo que denominamos relações:

Os elementos constitutivos são: os atores, a política dos atores ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades ou a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediadores da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação. (RAFFESTIN, 1993, p. 38).

É importante ressaltar que a complexidade do conceito de território é tão evidente que levou o próprio Milton Santos a alterar sua concepção a respeito do mesmo ao longo de sua trajetória intelectual, podemos notar isso de forma mais clara em seu livro *A Natureza do Espaço* (2008), quando o autor deixa explícito um pensamento que muito se assemelha ao de Raffestin, caracterizando território como espaço apropriado socialmente. Marcelo Lopes de Souza (2009) oferece contribuição a esse debate, quando concordando com Raffestin, diz que o espaço é anterior ao território. Entretanto critica a visão de Raffestin, no que ele chama de *coisificação* do território, quando este autor incorpora ao conceito o próprio substrato material, vale dizer, o espaço social. Diz o autor que *se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território.* Conforme Souza:

[...] pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervilhante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas e cobertas pela selva; esta cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo *morreu* em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja. (SOUZA, 2009, p. 97).

Rogério Haesbaert (2010, p. 42-98) apresentou várias definições do conceito de território, dividindo-as em perspectivas materialistas, idealistas, integradora e relacional.

Conceitua o território a partir de três vertentes básicas: 1) jurídico- política, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; 2) a cultural onde o território é visto como produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) econômica, quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho.

As concepções naturalistas pensam o território a partir de sua vinculação com o comportamento dos animais. Nesse sentido, pensa-se em um comportamento natural da humanidade, mas também engloba a relação do homem com a natureza, definindo o território humano como uma relação de dinâmica ou dominação com o mundo natural. A persistência deste tipo de concepção conduz à necessária reflexão sobre a dissociação das relações sociais versus natureza, ou, da dissociação das noções de natureza e cultura.

A concepção territorial de base econômica está relacionada com a ideia de território como fornecedor de recursos e está muito presente em algumas análises geográficas sobre grupos tradicionais, porém se mostra superada para algumas abordagens que pensam o território como um abrigo e não como uma fonte de recursos. Essa divergência revela a polissemia do termo, pois, se de fato para algumas configurações territoriais o aspecto econômico perde relevância, para outras, õ[...] Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo [...]ö (HAESBAERT, 2010, p. 57). Logo, o seu aspecto econômico não pode ser ignorado, isso é válido para a maioria dos grupos indígenas, incluindo os Guarani.

A concepção jurídico-política de território é a mais comumente difundida. Está relacionada à associação do território aos fundamentos materiais do Estado nacional, ou seja, o território é visto como a porção do espaço que está submetida à soberania de um determinado Estado. Essa concepção ganha importância neste trabalho na medida em que os territórios dos Estados nacionais Brasil e Paraguai foram definidos em sobreposição ao território tradicional guarani, sendo este dividido sob a administração de dois Estados nacionais, implicando diretamente o agravamento das consequências da situação de subjugação colonial por eles vivenciada (CAVALCANTE, 2012).

Ao tratar das perspectivas idealistas, Haesbaert (2010, p. 69-74) refere-se fundamentalmente aos aspectos simbólicos contidos na noção de território. Destaca que essa perspectiva é comumente utilizada em estudos antropológicos, os quais tendem a

não se limitar aos aspectos materiais. Fundamentalmente, importa destacar que os territórios não são constituídos exclusivamente na relação de humanos com o ambiente, mas que além destes há outros seres que habitam o território e que assim são constituintes das territorialidades.

Tal circunstância é bastante presente quando se pensam os territórios indígenas, em especial no caso aqui analisado, já que o território Guarani está construído tanto ou mais em bases simbólicas e sociais do que materiais. A perspectiva integradora é aquela segundo a qual o território [...] não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) [...] (HAESBAERT, 2010, p. 74).

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido ó híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade. (HAESBAERT, 2010, p. 79).

A perspectiva relacional considera que o território é definido em um conjunto de relações histórico-sociais, incluída aí a relação entre processos sociais e espaço material. Por ser relacional, o território é também movimento e fluidez, opondo-se à rigidez e à estabilidade presentes nas definições que privilegiam a dimensão política. Ou seja, o território é temporalidade, é histórico, uma das características mais importantes do território é sua historicidade (HAESBAERT, 2010, p. 82).

É preciso ter em mente que o território, assim como o humano, é um todo composto de várias dimensões ó política, econômica, social e simbólica ó que não podem ser dissociadas. A perspectiva relacional inclui a ideia de que as relações sociais é que produzem o território, mas ao mesmo tempo são produtos deste.

É, portanto, uma relação dialética e equivale dizer que as relações sociais não se dão no vácuo, precisam de uma base que ao mesmo tempo seja material e simbólica. Além disso, o destaque para a historicidade do território vai ao encontro da análise etno-

histórica aqui proposta (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998; 1999). Em síntese, o território se dá como uma porção do espaço apropriada por um grupo humano que o constrói em seus aspectos sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos através de modos específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de sistemas de assentamento pode ser feito numa linha sincrônica e noutra diacrônica. Sincronicamente percebem-se sítios diferentes como respostas adaptativas de uma cultura em função das necessidades que se impõe, criando múltiplos tipos de assentamento (BEBER, 2004, p. 134). Já na perspectiva diacrônica percebem-se as modificações que esses assentamentos apresentam no tempo através das alterações dos padrões de implantação dos sítios, que podem estar refletindo novas formas de adaptação cultural (BEBER, 2004, p. 134). Dessa forma, buscou-se uma análise diacrônica dos assentamentos guarani. Neste tópico, a partir da leitura de algumas fontes históricas, fica evidente que houve pouca variação no formato dos assentamentos entre os séculos XVI e XIX.

Nesse sentido, o trabalho corrobora a conclusão de Noelli (1993, p. 9), segundo a qual os Guarani reproduziram a sua cultura por mais de 3.000 anos até os primeiros contatos com os europeus no século XVI. A posição do autor desafia a tese antropológica da mudança e a meu ver não pode ser pensada de forma absoluta, mas demonstra uma incontestável permanência de elementos da cultura material e da organização espacial, sendo que esta última, como demonstram as fontes analisadas, permaneceu sem grandes mudanças nas regiões pouco afetadas pela colonização até o final do século XIX.

O estudo etnoarqueológico desenvolvido por Francisco Noelli (1993) valeu-se de exaustiva pesquisa de fontes históricas, fontes etnográficas, fontes etnológicas e fontes arqueológicas. Sua tese central é a de que os Guarani passaram mais de três mil anos antes dos primeiros contatos com os invasores europeus reproduzindo fielmente a sua cultura material, sua técnica de produção e subsistência. O autor enquadrá-os, principalmente os anteriores ao século XVII, entre as chamadas sociedades prescritivas (NOELLI, 1993, p. 9-15). Modelos prescritivos, segundo Sahlins (2011, p. 14), são aqueles onde nada é novo, os acontecimentos são valorizados por sua proximidade à ordem vigente. O que acontece é reprodução da ordem vigente, tudo é efetivação e repetição.

Com base nas descrições do século XVII, pode-se verificar que o assentamento Guarani era composto por pequena população, neste caso, formada por uma família extensa que dispunha de amplo espaço territorial para suas atividades sociais, culturais e de subsistência com pequena interferência externa. Basicamente, o assentamento era composto pela área da casa e seu pátio, a mata onde se plantava e se praticava coleta e os espaços de caça e pesca (MELIÀ, 1997, p. 105)

Ao descrever sobre características dos assentamentos Guarani do século XVII, Montoya afirma que eram povoados de índios que, vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou maisö (MONTROYA, 1985, p. 34).

Ainda que parte da cultura material Guarani tenha sofrido ligeiras mudanças, as fontes históricas demonstram que um certo sistema de assentamentos foi mantido com poucas modificações no território Guarani. Desse modo, pode-se indagar que a historicidade Guarani foi até o momento da intensificação dos contatos com os colonizadores europeus, mais marcada pela continuidade do que pela mudança.

REFERÊNCIAS

- BEBER, M. V. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto SulBrasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé.** Tese (Doutorado em História) ó Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004.
- BROCHADO, J. P. **An ecological model of the pread of pottery and agriculture into Eastern South America.** Ph.d.dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, Ann Arbor UMI, Inc. 1984.
- BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani,** Porto Alegre: Posenato Arte e cultura, 1989.
- CAVALCANTE, T. L. V. Os Guarani e Kaiowa na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: etnicidades e nacionalidades, implicações quanto ao acesso a direitos. In: **XIV Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas,** 2012, San Ignacio de Velasco. XIV Jornadas Internacionales. San Ignacio de Velasco. Universidad Católica Boliviana - Chiquitos, 2012. v. 1. p. 1-16.
- FACCIO, N. B. et all. **Sítios arqueológicos Alvorada.** Relatório de Trabalho de Campo, 2012.

- FACCIO, N. B. **Arqueologia dos Cenários das Ocupações Horticultoras da Capivara**. Baixo Paranapanema-SP. 1998. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GARLET, I. J; ASSIS, V. S. de. **Desterritorialização e Reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade mbyá-Guarani através das fontes históricas**. Fronteiras, Dourados - MS, v. 11, n. 19, 2009.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MASSEY, D; ESPINOSA, K. **What's Driving Mexico-U.S. Migration? A Theoretical, Empirical, and Policy Analysis** American Journal of Sociology. 1997.
- MELIÀ, B. **El Guaraní: experiência religiosa**. Asunción: CEADUC ó CEPAG, 1991.
- MONTOYA, A. R. de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 1ª Ed. Brasileira. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, (1639) 1985.
- _____. **El Guaraní Conquistado y Reducido: ensaios de etnohistoria**. 4ª ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1997.
- NOELLI, F. S. **Sem Tekoha não há Teko**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) PUCRS, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, J. E; VIANA, S. A. **O Centro-oeste antes de Cabral**. Revista USP. São Paulo, nº04, pg. 142-189. 1999-2000.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Ensaios em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PEREIRA, D. L. T. **Expansão dos tupi-guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica**. TÓPOS V. 3, Nº 1, p. 29 - 80, 2009.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RENFREW, C. & BAHN, P. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. 2ª ed. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. et al. **O Papel Ativo da Geografia**: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 17., 2000, Florianópolis.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SUSNIK, B. **Dispersión tupi-guarani pré-histórica**. Ensayo analítico. Assunción: Museo Etnográfico ãAndres Barberoö, 1975.

VERSWIJVER, G. **Guarani**. Povos indígenas do Brasil. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani>. Acessado em 01/006/2018.